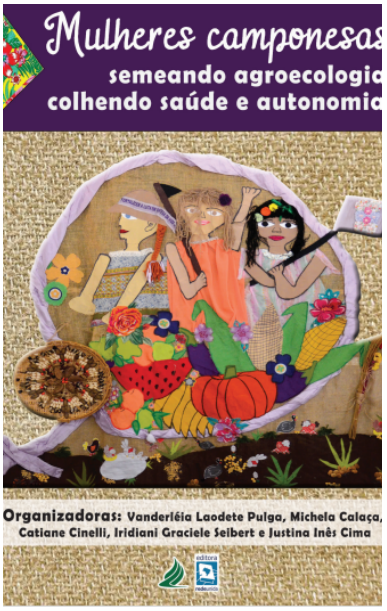
FRONTEIRA SUL EM RESENHA * 3/2026
ISSN 3086-6634

MULHERES CAMPONESAS E A AGROECOLOGIA NO RIO GRANDE DO SUL

Valéria Faccin[1]

Referência:
LORENZONI, Carmen; JAHN, Elisiane de Fátima. Mulheres camponesas do Rio Grande do Sul: identidade, conhecimentos populares e garantia de autonomia na preservação, recuperação e multiplicação de sementes crioulas. *In*: CINELLI, Catiane *et al*. (org.). **Mulheres camponesas**: semeando agroecologia, colhendo saúde e autonomia. Porto Alegre: Redeunida, 2018. p. 133-156.



Catiane Cinelli é docente do Curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal de Rondônia e, em 2018, ao lado de Vanderléia Laodete Pulga, Michela Calaça, Iridiani Graciele Seibert e Justina Inês Cima, organizou a coletânea *Mulheres camponesas: semeando agroecologia,*

[1] Acadêmica de Ciências da Computação - UFFS - Campus Chapecó - valeria.faccin@estudante.uffs.edu.com.br

colhendo saúde e autonomia publicada pela Redeunida. O livro é resultado do Projeto *Promoção da Autonomia e Saúde das Mulheres Rurais e a Prática Agroecológica*, desenvolvido com parceria entre a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e a Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária (FAPEU) e com apoio financeiro da Coordenação Geral de Políticas para Mulheres Rurais, Juventude, Povos e Comunidades Tradicionais da Subsecretaria de Desenvolvimento Rural, Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário do Governo Federal, e teve contribuição de camponesas e pesquisadoras de diversas regiões do Brasil, que compartilharam estudos e experiências da vida e trabalho no campo. A coletânea é composta por capítulos que abordam tanto a saúde das trabalhadoras rurais, quanto as experiências no campo da agroecologia feminista. É um projeto coletivo que dá voz a pessoas historicamente silenciadas e que afirma, com base em práticas concretas, que as mulheres são protagonistas indispensáveis no desenvolvimento da agricultura e da vida no campo. Além disso, a coletânea também apresenta a luta das mulheres por direitos de seguridade social e valorização do seu trabalho.

Nesta resenha, apresentamos o capítulo *Mulheres camponesas do Rio Grande do Sul: identidade, conhecimentos populares e garantia de autonomia na preservação, recuperação e multiplicação de sementes crioulas*, de autoria de Carmen Lorenzoni, Pós-Graduada em Estudos Latinos pela Universidade Federal de Juiz de Fora/MG, e Elisiane de Fátima Jahn, Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul com foco no trabalho e movimentos sociais. Ambas as autoras são educadoras e pesquisadoras populares, ou seja, ambas dirigem a ação educacional às camadas sociais com o fim de proporcionar uma educação para a humanização. O texto traz elementos teóricos e práticos a partir de experiências de recuperação e multiplicação de variedades de sementes e mudas crioulas, desenvolvidas em dez municípios gaúchos, entre 2014 e 2015, com apoio de convênio firmado com o governo do estado do Rio Grande do Sul. É um trabalho interdisciplinar que combina estudos acadêmicos históricos, antropológicos e arqueológicos com conhecimentos das próprias mulheres agricultoras.

O capítulo é organizado em três partes. A primeira, intitulada *Agricultura, trabalho, mulheres e a agroecologia*, apresenta conhecimentos que evidenciam o protagonismo das mulheres no surgimento da agricultura. Para isso, as autoras recorrem a estudos especializados para sustentar a hipótese de

que, nos primórdios da sedentarização das comunidades humanas, foram as mulheres, permanecendo próximas aos assentamentos, que iniciaram a domesticação de plantas e animais. Citam, por exemplo, Marsha Dean Ogilvie, doutora em Antropologia pela Universidade do Novo México, cuja pesquisa examina restos ósseos humanos para reconstruir o modo de vida dos povos do passado. Através da análise de fêmures de esqueletos antigos, foi possível identificar que os ossos dos homens eram mais robustos e apresentavam uma crista mais proeminente, indicando um estilo de vida ativo, enquanto os das mulheres não apresentavam essa crista e eram menos robustos, indicando um estilo de vida mais sedentário, concluindo, assim, que homens e mulheres tinham rotinas bem distintas na época, e que esse indício do estilo de vida mais sedentário das mulheres pode ter favorecido a iniciativa de observar o desenvolvimento das plantas e a experimentação com sementes.

Essa evidência, somada a outros estudos, leva a acreditar, segundo as autoras,

> que as mulheres permaneciam mais próximas dos assentamentos, cuidando das plantas, domesticando animais e, quem sabe, fixando assentamentos na forma de aldeia e institucionalizando a produção de alimentos e, talvez, ainda, organizando o que hoje denominamos agricultura (p. 136).

Assim, as autoras ponderam que esse protagonismo feminino foi aos poucos sendo apagado da história da agricultura, que por muito tempo considerou a contribuição das mulheres como, de acordo com uma antiga metáfora agrícola, "meia enxada", revelando uma realidade excludente de que as mulheres, apesar de serem capazes de produzir tanto quanto os homens, acabam recebendo metade do reconhecimento. Esse fato não é interpretado pelas autoras como mero descuido histórico, mas como resultado estrutural do patriarcado, considerando a forma com que "a divisão do trabalho por sexo atua como forma disciplinadora e estabilizadora da força de trabalho, cumprindo com a concretização da divisão social do trabalho e do papel de gênero no meio rural" (p. 136).

Quanto à agroecologia, as autoras discorrem sobre a sua representação como mais do que um modelo de produção, mas sim uma reorganização dos espaços de cultivo que permite às mulheres participar da geração de renda e serem reconhecidas no grupo familiar. Nas palavras das próprias autoras, "a

agroecologia exige que se pense e se estabeleçam outras formas de relações entre as pessoas, nas famílias, implicando em outra forma de relação com a sociedade, que acaba sendo, por assim dizer, outro projeto de vida" (p. 141). Assim, falar de agroecologia é, fundamentalmente, falar de um projeto político e não apenas técnico.

A segunda parte do capítulo descreve detalhadamente a metodologia da experiência desenvolvida pelo Movimento de Mulheres Camponesas do Rio Grande do Sul (MMC/RS) com o apoio do governo estadual. Amparado na educação popular, o processo combinou oficinas teóricas e práticas, viagens técnicas e um mapeamento coletivo de 30 unidades de produção agroecológica distribuídas por seis regiões do Rio Grande do Sul: Altos da Serra, Palmeira das Missões, Litorânea, Missões II, Planalto e Região dos Vales. Os municípios envolvidos foram Camaquã, Lajeado do Bugre, Rondinha, Liberato Salzano, Cacique Doble, Torres, Cerro Largo, Mato Queimado, São Pedro do Butiá e Maximiliano de Almeida.

As variedades priorizadas para recuperação foram alface, abóboras, morangas, mandiocas, batatas-doce e feijões, que são cultivos presentes no cotidiano alimentar das famílias camponesas e progressivamente ameaçados pelo avanço do modelo convencional de produção. O levantamento realizado por questionário revelou a diversidade ainda preservada nesses municípios em que as mulheres cultivam dezenas de espécies de frutas e plantas medicinais, demonstrando o papel ativo como guardiãs da biodiversidade.

As oficinas realizadas em cada município consistiram num processo formativo de teoria e prática, respeitando os saberes populares como base. As viagens técnicas trouxeram oportunidade do contato dos pesquisadores com diversas experiências, como sistemas de permacultura em mandala, agroindústrias e trabalho com plantas medicinais. No encontro final, as quarenta mulheres participantes apresentaram e distribuíram entre si as variedades recuperadas ao longo do projeto, um gesto de solidariedade e compartilhamento de conhecimentos.

A terceira e última parte do capítulo, intitulada *A experiência das mulheres camponesas fortalecida pela recuperação das sementes crioulas*, resgata a trajetória histórica do MMC/RS desde seus primórdios, na segunda metade dos anos 1980, quando ainda operava sob as siglas de Organização da Mulher da Roça (OMR) e Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR). As autoras destacam que as primeiras conquistas do movimento foram os direitos de

aposentadoria aos 55 anos, salário-maternidade e auxílio por acidente de trabalho, direitos esses que asseguraram às mulheres do campo autonomia financeira e reconhecimento pelo tempo dedicado ao trabalho rural. Contudo, tais conquistas não foram suficientes para garantir outros direitos fundamentais, como saúde, educação e alimentação saudável:

> De um ponto de vista, a sociedade parece evoluir sempre, inclusive no que se refere ao aumento de tecnologias disponíveis. De outra maneira, seguem as desigualdades sociais e o não acesso à terra e aos demais recursos naturais a milhares de famílias que precisam e gostariam de produzir (p. 147).

Além disso, o capítulo destaca que a proposta do projeto de recuperação de sementes foi "muito bem aceita pelas mulheres militantes, pois há muitos anos elas têm feito trocas de sementes e mudas crioulas em reuniões, encontros e entre vizinhas" (p. 147). Assim, o projeto fomentou práticas que já faziam parte do cotidiano camponês, mas que não possuíam os recursos e visibilidade necessários. Ademais, são apontados ainda desafios persistentes, como a desconstrução da visão machista do trabalho rural, a necessidade de políticas públicas específicas para a agricultura camponesa, o resgate do conhecimento sobre plantas medicinais e a ampliação das formas de inserção das mulheres nos espaços de decisão. O dado de que o preço dos insumos, a falta de mão de obra e a incerteza comercial estão entre os principais obstáculos levantados no questionário revela o quanto as políticas públicas têm sido insuficientes e excludentes para esse caminho.

O capítulo de Carmen Lorenzoni e Elisiane de Fátima Jahn é um documento histórico e um relato metodológico, que mantém a articulação entre teoria e prática e entre o reconhecimento acadêmico e a voz das camponesas. Dessa forma, o capítulo cumpre seus objetivos ao demonstrar que a preservação das sementes crioulas pelas mulheres camponesas gaúchas não é uma prática menor ou doméstica, mas um ato político, cultural e ecológico.

Relacionando com o conjunto da coletânea organizada por Cinelli et al., o capítulo funciona como uma fundamentação histórica, teórica e metodológica para outras pesquisas e discussões sobre agroecologia, saúde, autonomia, luta e saber feminino. Este estudo, em particular, permite ao leitor adentrar no universo da agroecologia pela experiência e pela experimentação

de mulheres camponesas. A leitura da coletânea é recomendada a estudantes e profissionais das ciências humanas, da saúde coletiva e das ciências agrárias, bem como aos participantes de movimentos sociais do campo que buscam referências teóricas e práticas. É um estudo que tem potencial para criar novas discussões, novos projetos e novas formas de ver e fazer a agricultura no Brasil.